

# Candidatura Sarney pelo Amapá é legal

MACAPÁ — A candidatura do ex-Presidente José Sarney a Senador, pelo Amapá, é absolutamente legal. A resolução nº 15.727 do Tribunal Superior Eleitoral, de 10 de outubro de 1989, confirma que "inexiste prazo de domicílio eleitoral para as eleições de 1990". E foi com base nela que o PMDB, ao convidar o ex-Presidente para concorrer às eleições de 3 de outubro, encaminhou o pedido de registro da candidatura à Justiça Eleitoral de Macapá.

Em seu requerimento pedindo a transferência do domicílio eleitoral de São Luís para Macapá, datado de 20 de junho de 1990 — quatro dias antes do encerramento do prazo es-

tabelecido pela lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982 —, o ex-Presidente Sarney cumpriu todas as formalidades exigidas pela Constituição.

O ex-Presidente também declarou não ter residência fixa no Amapá — continua morando no Maranhão. A casa alugada em Macapá pelo PMDB, no dia 22 de junho, abrigará o Comitê Eleitoral do partido.

A Comissão Executiva do PMDB do Amapá distribuiu nota oficial, na qual explica como se processou a candidatura Sarney. De acordo com a nota, o ex-Presidente fora convidado a se candidatar há vários meses — não determina o tempo exato. Em seguida, explica que "como todos os

que exerceram o cargo de Presidência da República, o ex-Presidente Sarney não está obrigado a exercer sua ação política somente em seu Estado de origem".

A nota acrescenta que, no pedido de transferência do domicílio eleitoral, Sarney — inscrito na 117ª Seção Eleitoral, de São Luís, com o título nº 438451163 — cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Constituição. E transcreve parte do pedido:

"O requerente deixa de apresentar a exigência do parágrafo 1, item III, do art. 55, em face de a Constituição Federal, art. 14, parágrafo 3, item IV, não fixar prazo para domicílio eleitoral".

RESOLUÇÃO Nº 15.727  
(de 10 de outubro de 1989)  
JURISDIÇÃO Nº 10.333 - CLASSE 102 - DISTRITO FEDERAL (Macapá).

Registro de candidato - domicílio - eleição  
Lei: Brasil, CF, art. 55, § 1º, I

- Insiste prazo de domicílio eleitoral para as eleições de 1990, não mais vigorando aquelas previstas no Lei Complementar nº 5/70, prevalecendo, apenas, o inciso do art. 55, I, I do Código Eleitoral.

Vistos, etc.

RESOLVEM os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade de votos, responder à consulta, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante da decisão.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.  
Brasília, 10 de outubro de 1.989.

FRANCISCO REZENDE - Presidente

VILAS BOAS - Relator

ARISTIDES JURQUENA ALVARENGA - Procurador Geral Eleitoral.

Resolução do TSE é de outubro de 89